

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**  
3 **NOVE DE MARÇO DE 2017, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**  
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 14h30min.**  
5 **QUÓRUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): **Dener Saldanha**  
6 **Matos** (representante do governo – SEMDESC); **Maria Inácia de Melo** (representante da  
7 sociedade civil – APAE); **Marli Rodrigues Xavier Brito** (representante da sociedade civil –  
8 Abrigo Frei Anselmo); **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da sociedade civil –  
9 Assistentes Sociais - titular); **Rosilene Cordeiro Máximo da Cunha** (representante da sociedade  
10 civil – Associação Mão Amiga); **Simone da Silva Camargo** (representante da sociedade civil –  
11 Psicólogos); e **Nilma Vieira de Jesus** (representante da sociedade civil – Natal Justino da Costa).  
12 Presentes ainda, Cláudia Maria de Oliveira, Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e  
13 Cidadania, e Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC. Lucidalva vice presidente do  
14 CMAS cumprimentou a todos, passando ao ponto de pauta: apreciação do Relatório da Comissão de  
15 Fiscalização das Pequenas Centrais Hidrelétricas sobre o Relatório Final das Atividades da PCH  
16 Mata Velha. Lucidalva explicou que a Comissão analisou o último semestre de atividades do Posto  
17 de Atendimento, conforme havia sido acordado por ocasião da apreciação do Relatório de  
18 Finalização das Atividades, que deliberou pela manutenção do Posto por mais seis meses. Passando  
19 à leitura do Relatório informou que após a análise a Comissão entendeu que como não foi recebida  
20 resposta da CPFL Renováveis, dona do empreendimento, acerca da situação do Sr. João Batista e  
21 sua família, que constituiu-se em uma importante pendência decorrente da implantação da PCH,  
22 sugeria a desaprovação do Relatório Final, colocando como condição a resolução da situação de  
23 falta da água da referida família, para posterior posicionamento da plenária. Colocada a  
24 desaprovação do Relatório Final, a mesma foi aprovada da seguinte forma: Lucidalva (aprovou),  
25 Marli (aprovou), Neuzira (aprovou), Nilma (aprovou), Rosilene (aprovou), Dener (aprovou) e Maria  
26 Inácia (aprovou). Em seguida, Lucidalva passou a apresentação de documentos do Centro  
27 Educacional do Menor – CEM a serem incluídos no processo de pedido de inscrição no CMAS. Na  
28 oportunidade solicitou da Comissão de Análise de Pedido de Inscrição posicionamento quanto à  
29 situação do CEM, sendo informado que não havia nenhuma decisão apresentada. Lucidalva e os  
30 presentes falaram da preocupação com a morosidade nos processos de pedido de inscrição, onde a  
31 rede socioassistencial ficaria prejudicada, e conseqüentemente à população usuária. Consultada a  
32 Resolução que dispõe acerca da inscrição de entidades verificou-se que a mesma não impõe prazos  
33 para tramitação do processo. Assim decidiram por discutir a situação na próxima reunião como  
34 ponto de pauta. Logo após, Cláudia passou a conhecimento do Conselho, a possibilidade de uso das  
35 dependências da Cozinha Comunitária do Bairro Santa Luzia, em caráter temporário e emergencial,  
36 pela Secretaria de Educação para o oferecimento de serviço de creche. Lucidalva solicitou

37 informações sobre o fechamento da referida Cozinha para readequação e uso do CRAS Pólo 1,  
38 conforme deliberação anterior do Conselho. Cláudia informou que havia uma proposta de  
39 readequação de outro espaço para instalação do CRAS Pólo 1, que seria apresentada em breve ao  
40 Conselho. Cláudia ressaltou que seu papel de agente integrante da administração municipal era de  
41 propor soluções para problemas que atingem a população, incluindo o público alvo da Assistência  
42 Social, que demandariam uma união de esforços, e que dessa forma, solicitava que o secretário de  
43 educação e o promotor da infância e juventude pudessem visitar o local para verificar a viabilidade.  
44 Lucidalva sugeriu que pudessem visitar o local, mas que houvesse o envio da proposta por escrito,  
45 incluindo prazos de utilização, para ser apreciado e discutido no Conselho. Sendo aprovada pelos  
46 presentes. Em seguida, Cláudia passou ao conhecimento dos conselheiros, a devolução dos recursos  
47 repassados no ano de 2014 para cofinanciamento do serviço de Equipe Volante, que conforme o  
48 Demonstrativo Físico Financeiro, haveria sofrido descontinuidade naquele período. O servidor  
49 Lúcio, economista da SEMDESC, responsável pela resolução da situação esteve presente à reunião,  
50 esclarecendo que o valor a ser devolvido era de R\$ 144.971,10 (cento e quarenta e quatro mil  
51 novecentos e setenta e um reais e dez centavos). Os conselheiros presentes lamentaram a devolução  
52 dos recursos, mas ratificaram a necessidade de reativação do serviço, que teria importante impacto  
53 no atendimento à população da zona rural. Cláudia salientou que a administração pretendia reativar  
54 o serviço, porém ainda sem previsão. Passando à discussão da Conferência, os presentes apontaram  
55 a ausência de informações dos órgãos estaduais e federais, uma vez que até então as notícias  
56 estariam disponibilizadas na internet, mas nada havia sido enviado oficialmente. Lucidalva propôs a  
57 realização de reunião extraordinária para organização e planejamento da Conferência, sendo  
58 acatado por todos. Em seguida passou-se a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada pelos  
59 presentes. Nada mais havendo a tratar, a vice presidente encerrou a reunião, e eu, Isabel Aparecida  
60 Cruz Randi, lavrei esta ata que será lida e aprovada por todos os presentes. **ENCERRAMENTO:**  
61 **16h30min.**